

em que são expedidos alvarás de funcionamento de todas as empresas no Rio de Janeiro. Há o envolvimento aqui de órgãos importantes, como a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública. Além de as pessoas que, a meu ver, são as mais afetadas aqui, são as mais interessadas, e a que nós devemos aqui dar uma satisfação que são os familiares das vítimas.

Então, num profundo desrespeito, numa tentativa clara anti-jurídica de procrastinar os trabalhos desta Comissão, é importante que a gente leve isso em consideração, porque eles fazem acusações graves: que não tiveram acesso a documentos, quando, na verdade, não tem nenhum documento ainda, a não ser o que recebemos agora e o que vai ser gerado com a oitiva das pessoas que aqui estão. Então, é importante ressaltarmos, não simplesmente expedirmos o mandado de condução coercitiva, mas, quando aqui estiverem, deixar claro: o Hospital Badim está tentando procrastinar, atrapalhar e obstruir os trabalhos desta Comissão, se colocando desde já, assumindo a culpa como verdadeiros réus, e a condição que, ao meu ver, salvo melhor juízo, eles se colocam aqui hoje. É só essa questão de ordem. Se for necessário, Sr. Presidente, retificar os termos do mandado, saber de Vossa Excelência como está sendo tratado, e por quem, aqui na Secretaria de Comissões, a interlocução com a Polícia Civil para que efetivamente, na maior celeridade possível, busque qualquer representante. Porque, diante do que eu vi aqui, eu já estou sabendo que vai ter mimimi, que vai ter desculpinha, de dizer se o mandado foi expedido em nome de um determinado diretor, eles vão tentar esconder esse diretor. Então, eu sugiro que o mandado saia em nome de qualquer diretor, qualquer preposto, qualquer representante, seja lá qual for o cargo que ocupe no Hospital Badim. É impreterível que a gente tenha um representante do Hospital Badim sentado aqui hoje nesta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Rodrigo Amorim, já foi expedido, de acordo com o edital de convocação, aqueles nominiais. Vale a pena citar que a 1ª DP, que fará essa condução coercitiva...

Eu sugiro aos advogados do Hospital Badim que não tentem esconder os diretores, porque vai ser pior. Eu tenho todo o tempo do mundo aqui. O receso desta Casa é em janeiro, mas, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, não precisa de receso. Não vou ter problema nenhum de convocar todos os dias uma nova audiência até estarem aqui. Então, é melhor um fim horrórico do que um horror sem fim. E a gente

(Fala fora do microfone)

Só um minuto, que eu gostaria de deixar claro é que nós fizemos a convocação. Aqui a gente não quer fazer a inquirição, nós não sabemos quais foram os fatos geradores e o que ocasionou o incêndio. Não estamos aqui falando de culpabilidade, de dolo, de nada. Nós estamos aqui para ouvir. Ouvir e entender tudo o que está acontecendo. Então, é importante, sim, o Hospital estar presente, porque tudo ocorreu dentro de suas instalações. Assim como o Corpo de Bombeiros, que foi o que fez o primeiro atendimento, o Instituto Médico Legal, que fez a perícia das vítimas do Hospital, a Delegacia da área, que preside o inquérito. Assim como a Promotoria, o Ministério Público, a Defensoria Pública, enfim. Todos aqui estão da mesma forma presentes, também disponibilizando o seu tempo. Então, só isso.

O senhor representa o Hospital Badim?

O SR. BERNARDO KAIUCA (?) - Sou advogado do Hospital.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não. Se o senhor quiser se colocar à Mesa, está à disposição. Continuando aqui o Corpo de Bombeiros. Quem estava com a palavra é a Tia Ju.

A SRA. TIA JU - Ah, é. Tem a resposta da pergunta. Pode responder...

O SR. - Mas eu queria só fazer um aparte, Vossa Excelência, aproveitando o nobre representante do Corpo de Bombeiros. Ele falou que um batalhão fica a seis minutos, o outro fica a onze, mas não falou, relatadamente, hora provável do início do incêndio, hora da chamada - isso é registrado - e a hora que o Corpo de Bombeiros efetivamente chegou lá. Pode ser a onze minutos, mas pode ter demorado uma hora para chegar. Só para deixar claro isso. Acho que é importante para a gente ter um relatório.

O SR. CORONEL SARMENTO (?) - Sr. Deputado, eu estou... Não tenho isso aqui à mão. Estou solicitando aqui ao nosso centro de operações para que me passe essas informações de recebimento de chamada, de saída, deslocamento e chegada.

O SR. - É um relatório do evento, né?

O SR. - Assim que eu receber...

O SR. - Deve constar do relatório do evento.

O SR. - Sim, consta, consta. Estou pedindo aqui para que eu já possa passar...

A SRA. TIA JU - Eu tive a informação de que foi bem rápida a chegada do Corpo de Bombeiros, assim que foi acionado. Se eu não me engano, também não estou com o relatório... Mas, assim que aconteceu, me informei que foi cerca de dez minutos, coisa bem rápida. Assim que acionado, o Corpo de Bombeiros chegou no local. Ai, por isso a minha pergunta da dúvida, essa dúvida de o Corpo de Bombeiros chegar no local e o fogo já estar tão propagado, a fumaça em todos os andares. Será que o Hospital estava preparado, tinha porta corta-fogo, exaustão com capacidade para que essa fumaça fosse tirada do ambiente? Tudo isso eu sei que vai estar ali no relatório, mas são respostas que a gente precisa ter em mãos. Essa questão das portas corta-fogo, por exemplo. Por que o fogo foi tomando tanta proporção assim nos andares? E, enfim, a equipe de profissionais também estava preparada para esse tipo de ocorrido? Então, isso aí não seria a resposta do Corpo de Bombeiros, mas já fica a pergunta, até para os representantes do Hospital, porque nós estamos aqui hoje como deputados, mas nós viemos da iniciativa privada. Eu mesmo participei, na minha empresa, de diversos treinamentos para situações de sinistro de incêndio, de primeiros socorros a colegas, com simulações e tudo. Então, será que o Hospital vinha fazendo isso? Então, já fica a pergunta, não para a Corporação, que não são vocês que fazem esse trabalho dia a dia, mas para o representante. Por isso a importância de ter representantes do Hospital. Porque, para o fogo ter tomado a proporção que tomou... Não sou técnica, eu não sei fazer laudos, só fiz pequenos cursos de treinamento, mas a gente já deduz que havia e há uma deficiência enorme.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Bruno Dauaire.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Sr. Presidente, pegando o gancho da Deputada Tia Ju, realmente a gente precisa de informações, porque parece que tinha uma equipe de brigadistas do próprio Hospital. A gente queria saber se o Bombeiro tem noção do número de brigadistas. Sei que não é uma pergunta direcionada aos senhores, mas eu não sei se lá, na conversa, no relatório, tem o número de brigadistas.

O SR. CORONEL SARMENTO (?) - A gente não tem conhecimento de brigadistas. Nós tínhamos informações de que havia uma brigada de incêndio, mas não nos foi apresentado naquele momento e nós não trabalhamos...

O SR. BRUNO DAUAIRE - Não houve trabalho em conjunto.

O SR. CORONEL SARMENTO (?) - Em conjunto com essa obrigada não.

O SR. BRUNO DAUAIRE - É, porque o que relatam é que a equipe de brigadistas foi quem iniciou o resgate das vítimas. E me parece que também essas vítimas, a maioria delas, faleceram por asfixia ou por desligamento de aparelho, e não por queimaduras. Pelo menos as reportagens de jornais relatam isso. Eu queria aproveitar para tentar entender, como a Tia Ju perguntou, dentro do Hospital, se os senhores têm como que se procedeu toda essa questão do incêndio dentro do Hospital. Onde começou, por que se alastrou, entendeu? Para a gente poder chegar aos pormenores aqui.

O SR. - Existe uma perícia, sendo que foi realizada pela Polícia Civil, e parece que o incêndio se iniciou na parte do subsolo, no gerador, e a propagação foi imediatamente para o andar acima. Então, nós tivemos uma área com bastante quantidade de carga e incêndio na parte imediatamente superior ao gerador. E essa propagação desse incêndio, essa área queimada fez com que a fumaça se propagasse por todos os andares superiores. A fumaça é mais leve

que o ar; então, ela tende a subir e tomar conta de todos os andares. Então, houve essa... A propagação do incêndio ficou restrita a esses dois ambientes, mas a fumaça realmente se propagou por todo o ambiente, por toda a edificação hospitalar.

O SR. BRUNO DAUAIRE - A causa foi o quê, no gerador?

O SR. CORONEL SARMENTO (?) - A causa eu não sei. A Polícia Civil, quem fez a perícia é que pode dizer realmente a causa do incêndio. Nós não estamos lidando com essa questão.

O SR. - Só para não ter atropelamento. A questão do licenciamento. Estava licenciado? Se não estava licenciado, quem autorizou?

O SR. CORONEL SARMENTO (?) - Passar para o Coronel Esteves, Diretor de Serviços Técnicos.

O SR. CORONEL ESTEVES - Boa tarde a todos. Aproveito para externar os cumprimentos ao Presidente da Mesa, aos demais parlamentares e todos os presentes. No que diz respeito ao licenciamento do Hospital, cabe ressaltar que, naquele complexo - é uma estrutura antiga e uma estrutura nova - ambas as estruturas estavam licenciadas. Obviamente, cada uma das estruturas guardada a sua temporariedade. Na edificação que foi sinistrada, eles obtiveram à época, um projeto aprovado, o laudo de exigência, que representa esse projeto de segurança contra incêndio aprovado. E, posteriormente, à época sofreu vistoria para atestar o cumprimento de todas as medidas de segurança preconizadas naquele projeto. Projeto esse balizado segundo o decreto, que é o Decreto 897/76, que era o então Código de Segurança contra Incêndio e Pânico. Falo, então, porque, hoje, o Corpo de Bombeiros passamos por uma migração de uma nova legislação de incêndio, que é o Decreto 42, é de 2018, que veio para atualizar. Um código mais moderno que veio para atender à evolução urbanística da cidade. Então, respondendo muito objetivamente, tanto a parte antiga quanto a parte nova tinham o seu licenciamento.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Fazer o requerimento a V. Exa. para que possa requerer ao Corpo de Bombeiros todos os procedimentos de licença relacionado ao Hospital Badim, desde o início, as renovações, para que a gente possa ter aqui na própria CPI. Uma pergunta mais direta aos senhores, na questão do equipamento usado pelos senhores para o combate a incêndio. Existem relatos que esses equipamentos estejam vencidos. Os senhores têm conhecimento desse fato?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Não, Deputado, realmente, hoje, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, eu falo sem nenhuma humildade, é o maior Corpo de Bombeiros do Brasil. No que diz respeito a equipamentos, nós temos as mesmas viaturas que são utilizadas na Europa, do que tem de melhor no que diz respeito a viatura. Equipamentos, nós temos todos os equipamentos de maior capacidade tecnológica, no nosso Estado, nós temos hoje a taxa de incêndio que emprega na integralidade na compra de equipamentos. Então, isso eu lhe garanto que no que diz respeito a equipamentos o Corpo de Bombeiros não deixa a desejar em nada. Nós temos treinamentos... o equipamento que o senhor deve estar se referindo, que causou muita polêmica, são os nossos equipamentos de proteção respiratória. Assim, fazendo um paralelo ao segundo dia.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Porque o Hospital, como a gente escuto relatos da questão da asfixia, muito me preocupa o material usado pelos Senhores, sob essa ótica do servidor e a proteção.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - O cilindro que nós carregamos, ele passa por retestes, e a gente não recarrega esse cilindro para evitar um acidente ao Bombeiro, se ele tiver fora do teste. Então, pode causar um acidente ao Bombeiro que está operando o compressor. Então, os nossos equipamentos são retestado. É como se fosse o cilindro de gás que indicam a um automóvel. Ele tem que ser retestado também de cinco em cinco anos. Então, nós temos os melhores equipamentos.

O Corpo de Bombeiros avançou muito nos últimos anos do que respeito a treinamento. Nós possuímos alguns cursos que são de 2015 para cá, talvez, alguns um pouco antes, nós já postamos curso de especialização, além da nossa formação, nós temos uma formação, o oficial e o praça tem uma formação de 3 anos e de 8 meses em que nós aprendemos que a nossa função apagar incêndio, logicamente. Mas dentro da nossa vida profissional, na nossa carreira, nós possuímos cursos de especialização, e hoje nós somos referência no Brasil, onde, nós temos o curso de combate a incêndio urbano, que ele é especificamente voltado para o combate direto em edificações, nós temos o curso em espaços confinados que também permite com que o Bombeiro possa trabalhar em espaço como essa natureza, temos o curso salvamento em altura que permite realizar salvamento, edificações elevadas, seja por meio de uso de cordas, por mês de uso de viaturas aéreas, viatura essa em autoelevadora mecânica, autoescada, aeronaves. Então, no que diz respeito a equipamentos e treinamento, eu lhes garanto que o Corpo de Bombeiros hoje é o melhor Corpo de Bombeiros do Brasil.

Temos deficiências, sim. Temos deficiência no que diz respeito a pessoal. A gente sabe que o Estado passa por um processo de crise, recuperação orçamentária, então, a gente tem deficiência, hoje, em pessoal. Isso, nós, em 2015, éramos 14 mil homens, hoje, nós estamos em menos de 12.200. Mas, no que diz respeito a equipamentos e viaturas, hoje, nós somos uma referência tanto do treinamento, recebemos Bombeiros do Brasil inteiro, recebemos Bombeiros de outras forças, inclusive. O curso de operações de desastres, agora nós estamos recebendo militares do Exército Brasileiro. Então, isso eu lhes garanto que nós não temos esse tipo de problema.

O SR. - Só para deixar clara a resposta aqui, o Senhor está me dizendo que se a gente chegar em qualquer quartel dos Bombeiros militares, a gente vai encontrar o teste hidrostático feito em todos os cilindros que são utilizados, com selo de validade, tudo bonitinho?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Deputado, eu não posso... realmente, a responsabilidade para fazer esse reteste também é dividida com o Comandante da Unidade. Ele é o responsável por fazer essa fiscalização e manter os seus equipamentos; não só o cilindro, mas as demais ferramentas. Elas ficam inoperantes, devem passar por manutenções. Não posso garantir que os nossos 110 quartéis, todos estarão no cilindro. Mas esses que não estão no reteste. Esses que não estão retestado, provavelmente, o senhor não vai encontrar eles correndo para fogo, vão estar no depósito em condições de aguardando para que sejam feitos resteste. O Senhor entendeu? Eles devem ter sido recolhidos para o depósito. O senhor pode chegar em um quartel e encontrá-los fora do teste, mas não na viatura, correndo para fogo. Outros estarão no lugar deles sendo substituídos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Sobre a deliberação do Deputado Bruno Dauaire...

O SR. BRUNO DAUAIRE - Os procedimentos de licença, em relação ao Hospital Badim, desde o seu início.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu gostaria de fazer, vou deliberar, assim que tiver força no colegiado e também aproveitar para deliberar o relatório de manutenção dos cilindros e aparelhos de recarga do Corpo de Bombeiros. E assim, já começamos a ter essa documentação.

Como vota o Deputado Rodrigo Amorim?

O SR. RODRIGO AMORIM - De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Bruno Dauaire?

O SR. BRUNO DAUAIRE - De acordo. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Tia Ju?

A SRA. TIA JU - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu também voto favorável. Fica aqui então requerido. E peço à secretaria da Comissão que faça essa requisição ao Corpo de Bombeiros.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM - É a primeira vez nesta Comis-

são - aliás, para que os representantes, os advogados do Hospital Badim nos ouçam. Não há documento ainda, porque essa é primeira assentada da Comissão e a outra foi de instalação e que definiu o cronograma dos trabalhos.

Então, como é a primeira oportunidade de estar com o Corpo de Bombeiros, é importante que os temas aqui são temas pertinentes, inclusive nesta questão dos equipamentos, mas é importante que façamos posteriormente uma audiência específica, somente com o Corpo de Bombeiros, para avaliarmos efetivamente as condições de trabalho, de equipamentos de combate, como tem sido feito. Específico no Corpo de Bombeiros, sem adentrarmos num incêndio específico, num caso específico.

Eu, por ocasião da formação do orçamento desta Casa, como presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, realizei audiências além daquelas que estavam previstas na legislação. Então, ouvi aqui os pilares que formam o orçamento do Estado, dentro os quais, um pilar central da Segurança Pública, envolvendo as Polícias, o Degase, o Seap e, por óbvio, o Corpo de Bombeiros.

Na ocasião, tivemos aqui a representação de todas as forças apresentando seu orçamento, quais serão suas perspectivas de gastos e as suas necessidades. O Corpo de Bombeiros esteve presente - justiça seja feita -, não com o mesmo detalhamento apresentado, por exemplo, pela Polícia Militar, que nos trouxe aqui um slide pormenorizado de cada plano de trabalho, de cada grupo de trabalho, linha de trabalho, quanto gastaria, qual era a perspectiva de investimento, e o Corpo de Bombeiros não fez desta forma, mas esteve aqui conosco.

Todos nós sabemos que o Corpo de Bombeiros é dotado de uma linha orçamentária que é o Funesbom, que a meu ver, pode melhorar, pode otimizar, através de boas relações com os municípios. É superavitário inclusive, haja vista que, como legado da intervenção e por conta desse superávit, foram compradas e entregues aqui inúmeras viaturas ao Corpo de Bombeiros que, salvo melhor juízo, pouco funcionam no combate ao incêndio. Pelo que percebo, é muito mais viatura para transportar oficial do Corpo de Bombeiros para lá e para cá, do que para combater incêndio efetivamente.

O Corpo de Bombeiros não passa por problema orçamentário, haja vista a qualidade do material do anuário do Corpo de Bombeiros. Isso aqui não é barato, seja lá custeado por Funesbom, ou seja, lá de onde veio o orçamento, isso aqui não é barato. E eu vejo que tiragem da edição deve ter sido alta, porque eu vejo esse anuário em todas as repartições públicas do Estado, mais do que jornal: todo lugar tem; então, não foi pouco.

Mas eu acho que temos que adentrar nesse tema sobre equipamentos. Quero deixar muito clara aqui que estou absolutamente do lado das forças de segurança, incondicionalmente. Certo ou errado, estou do lado das forças de segurança sempre; tenho um carinho e admiração por inúmeros oficiais e praças do Corpo de Bombeiros, assim como pela Corporação como um todo. E me orgulho de ter sido condecorado com as Medalhas de Mérito do Corpo de Bombeiros, de estar presente em todos os eventos do Corpo de Bombeiros; tenho grandes amigos na Corporação. Agora, para que não desvirtuemos do assunto específico aqui desta Comissão, parece-me óbvio que ninguém aqui quer que um acidente aconteça. Evidentemente, não.

Agora, é necessário que nos atenhamos a algumas questões. No que diz respeito, por óbvio, ao Corpo de Bombeiros, em primeiro lugar saber se tinha licença de funcionamento o estabelecimento, quais são as condições e critérios desta licença, que é o que a gente está tratando.

E, segundo, acho que é dever desta comissão apurar se houve má-fé, se alguém quis... por dar um golpe, a gente sabe muito bem que tem muito incêndio que acontece que é um incêndio planejado. Essa hipótese está descartada? Não está descartada? A outra questão que a gente precisa avançar, e aí eu peço auxílio a V. Exa. para que a gente forme uma linha de raciocínio. Houve culpa ou dolo de quem? Prece-me claro, pela imprensa, pelos primeiros relatos aqui do Corpo de Bombeiros, que efetivamente há grande chance desse incêndio ter iniciado de fato, como bem disse o Coronel Sarmento, é ali nos geradores, geradores que ficavam no subsolo, inclusive a televisão já veiculou essas imagens, os geradores que ficavam no subsolo, eles não conseguiram conter a fumaça, e as vítimas, infelizmente, foram a óbito por conta da inalação de fumaça, intoxicação. Agora, há uma regulação da Anvisa no sentido de que onde fica funcionando instalado o gerador, esse local tem que ser resguardado de dispositivos capazes de conter fogo e fumaça por pelo menos duas horas. E a fumaça não foi capaz de ser contida nem por oito minutos, que foi o tempo que iniciou o resgate às vítimas já em situação gravíssima. E como bem disse o Coronel Sarmento também, a fumaça tomou conta do Hospital.

Eu estive naquela noite no Hospital, acompanhando o vice-governador Cláudio Castro. Assim como o Deputado Alexandre Knoploch, eu sou morador da Tijuca, temos um trabalho focalizado ali na Tijuca. Sou testemunha, o Coronel Sarmento estava lá vestido para combate, entrando e saindo, resgatando as vítimas. E é importante que se diga, a rede de solidariedade que se formou ali no entorno. Eu nunca vi isso na minha vida. Com todas as empresas privadas, outros hospitais, planos de saúde, ambulâncias privadas, hospitais públicos, sobretudo do Corpo de Bombeiros - que talvez seja a Corporação que menos diferencie praças e oficiais - todos ali combatendo, de igual para igual.

Agora, é importante a gente entender de fato como aconteceu isso. Parece-me muito grave. E há também relatos de que o Hospital - e por isso a importância do Hospital aqui - que o Hospital utilizava os geradores para economizar energia. Então é importante que a gente apure essa questão, porque isso é de uma irresponsabilidade, além de uma ilegalidade, de uma irresponsabilidade sem limites. Então eu gostaria de que o Corpo de Bombeiros pudesse contribuir nessas questões, se nos termos do licenciamento, se é competência do Corpo de Bombeiros também apurar, verificar as condições de utilização dos geradores, se há notícia de que esses geradores estavam sendo utilizados para economia de energia, se esse equipamento, essa normativa da Anvisa foi respeitada, porque não foi contida a fumaça nem fogo nem por oito minutos, e aí depois a gente avançar na questão das vítimas, com foi a relação com o Hospital, a reparação do dano, que aí não diz respeito mais ao Corpo de Bombeiros.

E, por fim, Sr. Presidente, só uma pergunta do Corpo de Bombeiros também. Quando, por exemplo, há um acidente aéreo, a Força Aérea tem um departamento específico para análise do acidente, CE-NIPA. Gostaria de saber do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro se há no Corpo de Bombeiros uma unidade, um grupamento, um setor, uma diretoria específica para investigação de causas de incêndio ou se isso é de competência exclusiva da Polícia Civil.

É só, Sr. Presidente.

O SR. - Sim, Sr. Deputado. Eu vou responder à pesquisa do senhor... à pergunta do senhor com relação aos horários.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só um minutinho. Só dizendo que depois eu vou passar a palavra para o Sr. Carlos Outerelo, que pediu para fazer um questionamento. Só peço mais um pouquinho de tempo e aí eu passo a palavra para o senhor.

O SR. - Respondendo ao senhor com relação aos horários. O horário de abertura, e onde provavelmente foi solicitado, foi às 17h52m42s. O despacho, quando nós recebemos o aviso e mandamos para o quartel, às 17h53 e 51 minutos. E a chegada no local às 18h03m01s. Esses foram os horários que o senhor havia solicitado com relação... Os horários que o senhor solicitou com relação à chegada no local e acionamento, já passei. Se o senhor quiser eu posso repetir. O despacho, que é onde nós recebemos o aviso, a abertura do evento, às 17h52m42s horas. O despacho, quando nós pegamos o aviso e despachamos para o quartel da área, às 17h53m51s. E o horário de chegada ao local, às 18h03m01s.

O SR. - Vocês chegaram uma hora antes do despacho?

O SR. - Não, não. Às 17h53 foi o despacho.

O SR. - 18?

O SR. - 18:03:01 horas, foi a chegada do corpo de Bombeiro local.

Deputado, com relação à sua pergunta, legalmente, a Polícia civil é que tem a condição de fazer a perícia, legalmente. Mas nós possuímos, sim, o departamento de pesquisas, perícias e testes, que